



Educação Legal

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.

Sumário



- 01. Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões**
- 02. Notícias Educacionais**
- 03. Atuação MPMG**
- 04. Para conhecimento**
- 05. Guias para Atuação**
- 06. Informações Técnico-Jurídicas**
- 07. PGA e Metas do CNMP para a Educação**
- 08. Agenda**

Atualizações Legislativas/ Atos Normativos e Decisões

LEI ESTADUAL Nº 26.038 DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Acrescenta incisos ao art. 3º da Lei nº 24.844, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o atendimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação nas instituições de ensino públicas e privadas do sistema estadual de educação.

SAIBA
MAIS



PORTARIA MEC Nº 664, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Divulga a relação de entidades civis e a forma de indicação para a escolha de conselheiros do Conselho Nacional de Educação - CNE.

SAIBA
MAIS



LEI Nº 12.077, DE 21 DE JULHO DE 2026 (Belo Horizonte)

Institui o preenchimento da ficha de anamnese ampliada para estudante diagnosticado com TEA nas escolas públicas, privadas e conveniadas do Município.

SAIBA
MAIS



CONEXÃO EDUCAÇÃO REÚNE MINISTÉRIO PÚBLICO, GESTORES MUNICIPAIS E ESPECIALISTAS PARA FORTALECER A DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Com auditório lotado e ampla participação de representantes de todas as regiões do Estado, o seminário "Conexão Educação: Direito, Gestão e Compromisso com o Presente" reuniu representantes do Ministério Público, gestores municipais, órgãos de controle, especialistas e profissionais da educação com o propósito de promover o diálogo institucional, compartilhar conhecimentos técnicos e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas educacionais em Minas Gerais.

Promovido no dia 13 de agosto de 2026 pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC) e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), o seminário foi concebido como um espaço de integração entre aqueles que planejam, executam, fiscalizam e acompanham as políticas educacionais.

A expressiva adesão do público confirmou a importância da iniciativa. Participaram do encontro mais de 40 integrantes do Ministério Público, incluindo mais de 20 Promotores de Justiça, além de 255 representantes dos municípios mineiros, entre prefeitos, secretários municipais de educação, técnicos e equipes de gestão educacional. O auditório do CREA-MG permaneceu lotado durante toda a programação, evidenciando o interesse dos participantes pelos temas debatidos e pela proposta de fortalecimento do diálogo institucional.

A solenidade de abertura contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional do MPMG, Hugo Barroç de Moura Lima; do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Durval Ângelo Andrade; da Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG), Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte; da Diretora-Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (UNDIME-MG), Suely Duque Rodart; além de representantes do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPEMG), do Ministério da Educação e de outras instituições parceiras da área educacional.

Na abertura do evento, a Coordenadora do CAOEDUC, Giselle Ribeiro de Oliveira, destacou que a garantia do direito à educação demanda atuação conjunta entre instituições públicas, gestores, órgãos de controle e sociedade civil. A Promotora de Justiça ressaltou que nenhum ator institucional é capaz de transformar a educação isoladamente e que a construção de soluções compartilhadas é essencial para enfrentar desafios relacionados à inclusão, equidade, financiamento e qualidade da educação.

Painéis abordaram desafios atuais da educação brasileira

A programação da manhã, realizada em formato plenário, reunindo todos os participantes, e foi dedicada à reflexão sobre os principais desafios educacionais do país. As discussões tiveram a atuação destacada de importantes especialistas e autoridades.

O painel inicial abordou o tema dos desafios contemporâneos da educação brasileira. O Professor Emérito da UFMG e da PUC Minas, Carlos Roberto Jamil Cury, apresentou reflexões sobre a trajetória histórica de construção do direito à educação no Brasil, destacando avanços, desafios e perspectivas para sua plena efetivação. A Presidente Executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti, apresentou o painel Retrato da Educação Infantil, trazendo dados e reflexões sobre o cenário da educação infantil brasileira, com recorte dos dados de Minas Gerais, com especial atenção aos desafios relacionados à expansão qualificada da oferta de vagas em creches. Na sequência, a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), Zara Figueiredo Tripodi, abordou as dimensões da equidade e evolução da aprendizagem, destacando o impacto da desigualdade na aprendizagem nos resultados educacionais, bem como das estratégias implementadas no âmbito da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Afrânio Vilela, proferiu palestra magna sobre a importância da conjugação entre conhecimento técnico e sensibilidade humanística para a concretização do direito à educação, enfatizando o papel das instituições públicas na promoção da cidadania e da inclusão social.

Lançamentos marcaram a programação do seminário

O Conexão Educação também foi palco da apresentação de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio do CAOEDUC, voltadas ao fortalecimento da atuação institucional na área educacional.

Entre os destaques esteve o lançamento público da nova fase do Panorama Educação, plataforma de Business Intelligence desenvolvida pelo CAOEDUC em parceria com a COPLI para reunir, organizar e disponibilizar dados e informações estratégicas sobre a realidade educacional dos municípios mineiros. A ferramenta consolida dados provenientes de diversas bases oficiais e permite a análise de indicadores e a produção de diagnósticos relacionados a diferentes temas estratégicos para a atuação ministerial e para a gestão pública, contribuindo para o acompanhamento e monitoramento das políticas educacionais.

Também foi lançado o **MP Inteligente – Educação**, ferramenta de inteligência artificial desenvolvida pelo CAOEDUC em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) para apoiar a atuação das Promotorias de Justiça na defesa do direito à educação. Hospedada integralmente na infraestrutura tecnológica do MPMG, a solução alia segurança da informação, proteção de dados e conhecimento especializado, oferecendo funcionalidades de pesquisa jurídica baseada no acervo técnico do CAOEDUC e de geração automatizada de minutas processuais e extrajudiciais. A ferramenta foi concebida para ampliar a produtividade, facilitar o acesso a informações qualificadas e fortalecer a uniformidade da atuação ministerial.

Outra iniciativa lançada durante o evento foi a edição especial da revista **MPMG Jurídico**, dedicada ao tema da Educação Especial Inclusiva. A publicação reúne artigos, análises jurídicas, orientações práticas e reflexões sobre a garantia desse direito, abordando aspectos normativos, desafios da implementação das políticas públicas e estratégias de atuação institucional.

Como complemento à publicação, foi disponibilizado o **Guia de Atuação para Promotores de Justiça na Defesa da Educação Especial Inclusiva**, elaborado para subsidiar a atuação ministerial no acompanhamento das políticas públicas educacionais, na fiscalização da oferta do atendimento educacional especializado e na promoção da inclusão escolar.



A programação contou ainda com a abertura da exposição e exibição do trailer do documentário *Moradores | Educação*, uma consolidação das oito etapas do projeto que percorreu diversas escolas estaduais em diferentes regiões do estado, revelando a diversidade, a riqueza e o potencial transformador da educação mineira. As atividades fazem parte do projeto *Moradores | Educação*, uma iniciativa que busca fortalecer o sentimento de pertencimento, valorizar a educação pública e dar visibilidade às histórias de estudantes, professores, gestores e famílias. Ao registrar experiências e trajetórias de vida, a iniciativa contribui para o reconhecimento da escola como espaço de cidadania, transformação social e garantia de direitos.

Oficinas qualificaram gestores municipais e integrantes do Ministério Público

No período da tarde, a programação foi organizada em trilhas específicas para os diferentes públicos participantes, possibilitando debates mais aprofundados e direcionados às necessidades de atuação de cada segmento. Enquanto os gestores municipais participaram de atividades direcionadas aos desafios e fortalecimento da gestão educacional, integrantes do Ministério Público participaram de oficinas voltadas ao debate de casos concretos e situações recorrentes da atuação na área educacional.

Os gestores municipais participaram da oficina *Expansão qualificada de vagas em creche: Apresentação do Guia*, conduzida por José Maurício Ávilla Carvalho, do Instituto Articule, e da palestra *Planejamento orçamentário para financiamento da educação*, ministrada pelo Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Pedro Henrique Azevedo.

As atividades tiveram como foco o fortalecimento da gestão municipal e a ampliação do acesso à educação infantil com sustentabilidade financeira.

Para membros e servidores do MPMG foram realizados estudos de caso sobre situações complexas envolvendo financiamento da educação, violência escolar e educação inclusiva, permitindo a troca de experiências e a discussão de estratégias de atuação resolutiva, integrada e juridicamente fundamentada em demandas enfrentadas pelas Promotorias de Justiça.

As oficinas foram abertas pela Procuradora do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Cristina Andrade Melo, que discutiu as possibilidades de atuação articulada entre o Ministério Público e os órgãos de controle no acompanhamento do financiamento da educação. Na sequência, o Promotor de Justiça de Itabira, Renato Angelo Salvador Ferreira, apresentou um caso envolvendo violência escolar e a discussão foi fomentada pela Promotora de Justiça de Ituiutaba, Ana Paula Lourenço de Paula. Finalizando os debates, a Promotora de Justiça de Sabará, Flávia de Araújo Resende, apresentou um caso desafiador relacionado à Educação Inclusiva. A discussão foi acompanhada pela Coordenadora do CAODCA, Graciele de Rezende Almeida, e debatida pela Analista em Pedagogia do CAOEDUC, Simone Aparecida Costa Máximo.



Premiação reconheceu boas práticas e resultados efetivos na defesa da educação infantil

O encerramento do seminário reuniu novamente todos os participantes para a cerimônia de entrega do Prêmio Excelência Crescer Juntos e do Selo Crescer Juntos: Município que Transforma o Futuro, iniciativas que integram o projeto Crescer Juntos: Creches e Oportunidades, desenvolvido pelo MPMG para fomentar a ampliação do acesso à educação infantil nos municípios mineiros.

O projeto Crescer Juntos conta com a parceria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), do Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (UNDIME-MG).

A premiação teve como objetivo reconhecer experiências e ações desenvolvidas por municípios e Promotores de Justiça que contribuíram para o processo de expansão qualificada da oferta de vagas em creches. Ao todo, foram reconhecidos 26 municípios mineiros e 11 membros do Ministério Público de Minas Gerais pelos resultados alcançados e pelo comprometimento com a garantia do direito à educação infantil.

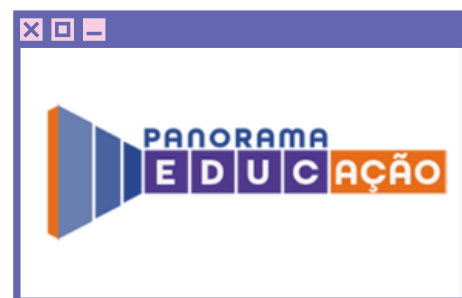
O Selo Crescer Juntos: Município que Transforma o Futuro foi concedido com base em critérios relacionados ao levantamento e à publicidade da demanda por vagas em creches, à ampliação do atendimento na educação infantil e à adoção de medidas voltadas ao fortalecimento dessa política pública nos municípios. A premiação contemplou municípios em diferentes categorias de desempenho, reconhecendo esforços realizados em distintas realidades locais para ampliar o acesso à educação infantil.

Também foram homenageados Promotores de Justiça que se destacaram na implementação das ações do projeto em suas respectivas comarcas. O Prêmio Excelência Crescer Juntos reconheceu membros que promoveram iniciativas voltadas à indução, ao acompanhamento e ao fortalecimento das políticas municipais de educação infantil, incluindo a celebração de acordos, a fiscalização de políticas públicas e a adoção de medidas destinadas à ampliação da oferta de vagas em creches.

A solenidade representou um momento de valorização das boas práticas identificadas ao longo da execução do projeto, reforçando a importância da cooperação entre Ministério Público, gestores públicos e instituições parceiras para a construção de soluções voltadas à ampliação do acesso à educação infantil e à efetivação dos direitos das crianças mineiras.



PANORAMA EDUCAÇÃO AMPLIA O ACESSO A DADOS ESTRATÉGICOS SOBRE A REALIDADE EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS



O Ministério Público de Minas Gerais lançou, no dia 13 de agosto, a nova versão do **Panorama Educação**, plataforma desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com a Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI), para **reunir, organizar e disponibilizar informações estratégicas** sobre a educação pública nos municípios mineiros. A ferramenta representa mais uma iniciativa voltada ao fortalecimento da **atuação baseada em evidências** e ao aprimoramento do acompanhamento das políticas públicas educacionais.

O desenvolvimento do Panorama Educação partiu de um desafio comum enfrentado por gestores públicos, profissionais da educação e órgãos de controle: embora exista uma grande quantidade de dados educacionais disponíveis em bases públicas oficiais, essas informações costumam estar dispersas em diferentes sistemas e formatos, dificultando sua consulta, interpretação e utilização prática.

Com o objetivo de tornar essas informações mais acessíveis, o CAOEDUC e a COPLI estruturaram uma plataforma capaz de **reunir dados** provenientes de diversas fontes oficiais em um **ambiente único, intuitivo e de fácil navegação**. Dessa forma, informações que antes exigiam consultas em múltiplos sistemas podem ser encontradas de forma integrada, permitindo uma visão mais ampla da realidade educacional de cada município.

O Panorama Educação disponibiliza **indicadores e diagnósticos** relacionados a diferentes aspectos da política educacional, incluindo educação infantil, alfabetização, financiamento da educação, educação em tempo integral, infraestrutura escolar e outros temas relevantes para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Os dados são apresentados por meio de **painéis interativos, indicadores consolidados e relatórios automatizados**, facilitando a compreensão das informações e a identificação de tendências, desafios e oportunidades de melhoria.

Um dos principais diferenciais da plataforma é sua capacidade de **transformar dados públicos em conhecimento útil para a tomada de decisões**. Além de subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça na fiscalização e acompanhamento das políticas educacionais, a ferramenta também pode apoiar gestores públicos na definição de prioridades, na elaboração de estratégias e no monitoramento dos resultados alcançados.

A iniciativa contribui ainda para o **fortalecimento da transparência e do controle social**, ampliando o acesso a informações qualificadas sobre a educação pública. Ao disponibilizar dados de forma organizada e acessível, o Panorama Educação favorece análises mais consistentes e estimula a utilização de evidências na formulação, implementação e aperfeiçoamento das políticas educacionais.

O acesso ao Panorama Educação é público e pode ser realizado por meio do Portal do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), onde foi disponibilizado banner específico na página inicial.

Por meio da ferramenta, gestores públicos, profissionais da educação, membros do Ministério Público e cidadãos podem consultar indicadores, diagnósticos e informações estratégicas que contribuem para o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas educacionais.

Mais do que uma plataforma de consulta, o Panorama Educação representa um esforço de organização e democratização da informação educacional. Ao reunir em um único ambiente dados relevantes sobre a realidade dos municípios mineiros, a ferramenta fortalece a produção de diagnósticos, qualifica o planejamento das ações e contribui para a construção de políticas públicas cada vez mais orientadas por evidências e resultados.

Acesse no link abaixo:



SAIBA MAIS

NOVIDADE

MP INTELIGENTE – EDUCAÇÃO AMPLIA O ACESSO A CONHECIMENTO ESPECIALIZADO E APOIA A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

O Ministério Público de Minas Gerais lançou, no dia 13 de agosto, o MP Inteligente – Educação, nova ferramenta de inteligência artificial desenvolvida para apoiar a atuação das Promotorias de Justiça na defesa do direito à educação. A solução foi criada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), em parceria com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), e representa mais uma iniciativa institucional voltada à utilização de tecnologia para qualificar a atuação ministerial.

O desenvolvimento da ferramenta partiu de uma necessidade identificada no dia a dia das Promotorias de Justiça. A área da educação envolve amplo conjunto de normas, orientações institucionais, estudos técnicos e documentos processuais, exigindo dos membros e servidores significativo tempo de pesquisa, análise e elaboração de manifestações. Diante desse cenário, o CAOEDUC e a STI estruturaram uma solução capaz de transformar o conhecimento acumulado pelo Ministério Público em uma ferramenta prática de utilização cotidiana.

Durante o lançamento, também foi realizada uma demonstração prática da ferramenta, com as funcionalidades atualmente disponíveis, os critérios de governança adotados e as perspectivas de expansão da solução para outras áreas de atuação.

O MP Inteligente – Educação opera integralmente na infraestrutura tecnológica do MPMG, garantindo elevados padrões de segurança da informação e de proteção dos dados utilizados pelas Promotorias de Justiça. Além disso, as respostas e documentos produzidos não são baseados em conteúdos genéricos da internet. Todo o sistema foi construído a partir de uma base de conhecimento organizada pelo CAOEDUC, composta por legislação, notas técnicas, manuais, roteiros de atuação, orientações institucionais, modelos de documentos e outros materiais previamente produzidos ou validados pela equipe técnica.

Atualmente, estão disponíveis duas funcionalidades principais. A primeira delas é a geração automatizada de minutas de peças processuais e extrajudiciais. Integrada ao MPe, a ferramenta realiza a leitura dos documentos existentes no procedimento e, com base em modelos elaborados e validados pelo CAOEDUC, produz uma versão inicial da manifestação ministerial já adaptada às informações do caso concreto. A funcionalidade foi desenvolvida inicialmente para apoiar a execução do projeto Crescer Juntos: Creches e Oportunidades, mas a perspectiva é ampliar gradativamente sua utilização para outras temáticas da área educacional.

A segunda funcionalidade consiste em um sistema de pesquisa jurídica especializada, também integrado ao ecossistema tecnológico institucional do MPMG. Por meio de uma interface semelhante a um chatbot, o usuário pode formular perguntas sobre temas relacionados à educação e receber **respostas fundamentadas em conteúdos técnicos** previamente selecionados e organizados pelo CAOEDUC. Diferentemente das ferramentas abertas de inteligência artificial, as respostas são construídas a partir de um banco de conhecimento qualificado e validado.

A construção da ferramenta envolveu trabalho conjunto entre as equipes do CAOEDUC e da STI. Enquanto o Centro de Apoio foi responsável por identificar as principais demandas das Promotorias de Justiça, estruturar a base de conhecimento especializada e elaborar os modelos de documentos, a STI desenvolveu a solução tecnológica necessária para transformar esse conteúdo em uma ferramenta interativa e acessível. Antes de sua disponibilização, foram realizados diversos testes com procedimentos reais em ambiente controlado, permitindo o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de pesquisa, dos modelos de minutas e da qualidade das respostas produzidas.

A gravação da apresentação encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:



SAIBA MAIS

NOVIDADE

NOVA EDIÇÃO DA MPMG JURÍDICO APROFUNDA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA



O Ministério Público de Minas Gerais lançou, no dia 13 de agosto, uma edição especial da revista MPMG Jurídico dedicada à temática da Educação Especial Inclusiva. A publicação foi concebida para contribuir com a qualificação do debate jurídico e educacional sobre a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, reunindo análises, referências normativas, orientações práticas e reflexões sobre os desafios da construção de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos.

A escolha do tema reflete a crescente relevância da educação inclusiva na atuação do Ministério Público e dos diversos profissionais envolvidos com a promoção dos direitos fundamentais. Apesar dos importantes avanços observados no plano normativo e na ampliação do acesso à escola, a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda envolve desafios relacionados à eliminação de barreiras, à oferta do atendimento educacional especializado, à acessibilidade e à garantia das condições necessárias para a aprendizagem e participação de todos os estudantes.

Com linguagem acessível e abordagem interdisciplinar, a publicação busca reunir informações úteis não apenas para membros e servidores do Ministério Público, mas também para gestores públicos, profissionais da educação, pesquisadores, estudantes, famílias e demais interessados na temática. O conteúdo apresenta fundamentos jurídicos, análises doutrinárias e reflexões práticas voltadas à compreensão dos principais aspectos que envolvem a construção de sistemas educacionais inclusivos.

Como complemento à revista, o MPMG disponibilizou também um Guia de Atuação para Promotores de Justiça na Defesa da Educação Especial Inclusiva, elaborado para subsidiar a atuação ministerial no acompanhamento das políticas públicas educacionais. O documento reúne referências normativas, orientações técnicas e estratégias de atuação relacionadas à fiscalização da oferta do atendimento educacional especializado, ao monitoramento das políticas de inclusão escolar e à proteção dos direitos dos estudantes público-alvo da educação especial em todas as etapas de ensino.

A iniciativa integra os esforços permanentes do MPMG voltados à produção e disseminação de conhecimento qualificado na área educacional. Ao disponibilizar conteúdos técnicos e atualizados sobre um dos temas mais relevantes da agenda educacional contemporânea, a edição especial da MPMG Jurídico busca fortalecer a atuação das instituições e dos profissionais envolvidos na promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade, garantindo a todos os estudantes oportunidades efetivas de acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento.

A edição especial da revista pode ser acessada pelo link:



SAIBA MAIS

Notícias de interesse da Educação

IDEB do Ensino Médio apresenta avanço e aponta desafios para a educação brasileira

Divulgado pelo MEC nesta quarta-feira (5), 'termômetro' considera: desempenho dos alunos em uma prova padronizada (Saeb) e fluxo de aprovação. Rio de Janeiro, por exemplo, retrocedeu em português e em matemática, mas aumentou 0,4 ponto no Ideb às custas de regra mais flexível de reprovações.

**SAIBA
MAIS**



ONU Mulheres e UNICEF lançam guia para ajudar famílias a conversar com meninos sobre a machosfera

Brasília, 16 de julho de 2026 – A ONU Mulheres e o UNICEF lançam o guia No Mesmo Time: Guia de Conversa para Pais e Responsáveis, publicação dedicada a um desafio cada vez mais presente na vida das famílias brasileiras: a exposição de meninos e jovens à chamada machosfera, rede difusa de espaços online que promove ideias prejudiciais sobre mulheres e meninas. O guia é o primeiro produto da campanha No Mesmo Time, versão brasileira da campanha global Same Side, iniciada pela ONU Mulheres no Reino Unido.

**SAIBA
MAIS**



STF veta escolas cívico-militares em MG

Governo tentou reverter decisão no Supremo, mas pedido foi rejeitado; nove unidades atendem atualmente mais de 6 mil estudantes

**SAIBA
MAIS**



Aluno com síndrome de Down ganha direito a professor de apoio | Portal TJMG

Governo de Minas deve disponibilizar profissional especializado para estudante.

**SAIBA
MAIS**



MEC abre inscrições para instrutores de práticas restaurativas

Curso é destinado a profissionais das redes públicas de ensino com experiência em Círculos de Construção de Paz e será ofertado em parceria com a Universidade Federal de Sergipe a partir de setembro.

**SAIBA
MAIS**



O que a Rede Nacional muda na educação especial inclusiva no Brasil | TV MP

Nesta edição do TV MP Entrevista, você vai conhecer a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Reneei), iniciativa do Ministério da Educação voltada à implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva em todo o país.

**SAIBA
MAIS**



Nomeação de peritos médicos em demandas da educação especial

A crescente judicialização das demandas voltadas à concretização do direito à educação especial na perspectiva inclusiva tem trazido à tona debates processuais de profunda relevância de ordem convencional, constitucional e infraconstitucional.

**SAIBA
MAIS**



EVENTOS



ALERTA LILÁS EDUCAÇÃO AMPLIA AÇÕES PARA FORTALECER A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE EQUIDADE NAS ESCOLAS

O Projeto Alerta Lilás Educação, iniciativa desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC) e pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica (CAOVD), ganhou novos instrumentos voltados ao fortalecimento da prevenção e do enfrentamento da violência contra meninas e mulheres no ambiente escolar. As ações incluem o lançamento do Selo Alerta Lilás Educação, a assinatura de um Protocolo de Intenções com o Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEPE-MG) e a atualização do Guia de Atuação Estrutural e dos materiais de apoio disponibilizados às Promotorias de Justiça.



O Selo Alerta Lilás Educação foi criado para reconhecer e incentivar instituições de ensino que desenvolvam ações permanentes voltadas à prevenção da violência contra meninas e mulheres, à promoção dos direitos humanos e à formação cidadã. Já o protocolo firmado com o SINEPE-MG amplia o alcance do projeto junto à rede privada de ensino, prevendo ações de sensibilização, formação e apoio às escolas para a implementação das diretrizes previstas na legislação educacional.

O principal destaque, contudo, está na atualização do kit de atuação elaborado para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça na indução de processos estruturantes voltados à implementação dessa política pública. Os materiais foram revisados e ampliados com foco na construção de soluções permanentes, oferecendo orientações técnicas e jurídicas, modelos de peças e sugestões de estratégias de atuação para apoiar o trabalho ministerial.

A nova versão do guia reforça a necessidade de que a temática seja incorporada de forma contínua e transversal aos currículos escolares, superando a lógica de ações isoladas ou restritas à Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. O material apresenta caminhos para a articulação com redes de ensino, indução de adequações pedagógicas, formação de educadores, fortalecimento da rede de proteção e inclusão de medidas relacionadas à equidade e à prevenção da violência nos instrumentos de planejamento educacional.

Os documentos também dialogam com importantes marcos legais recentes e buscam apoiar uma atuação ministerial resolutiva, negociada e orientada à transformação das políticas públicas educacionais.

Os materiais atualizados já foram encaminhados às Promotorias de Justiça e encontram-se disponíveis na página do CAOEDUC na intranet, permitindo que integrantes do MPMG tenham acesso aos instrumentos desenvolvidos para apoiar a implementação do projeto.



SAIBA MAIS

EVENTOS



CAOEDUC participa de seminário do CNJ sobre Educação Inclusiva

A consolidação da cooperação entre o sistema de justiça e as políticas de educação inclusiva marcou o seminário Educação Inclusiva — Desafios Contemporâneos para a Atuação Jurisdicional na Garantia do Direito à Educação para Pessoas com Deficiência. O encontro, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), buscou qualificar a atuação judicial e criar instrumentos práticos para o uso de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

O evento ocorreu na segunda-feira (24/8), no auditório da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em Brasília. Durante todo o dia, foram apresentados os desafios e os avanços da educação inclusiva no Brasil, considerando a inclusão como direito fundamental e responsabilidade compartilhada. Foram abordados os direitos das pessoas com deficiência, os apoios pedagógicos e as altas habilidades, além de questões relacionadas à judicialização e à atuação do Judiciário, à execução de políticas públicas e à formação docente.

Na avaliação da supervisora da Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e conselheira do CNJ, Noemia Porto, a efetivação da educação inclusiva depende do diálogo entre o conhecimento pedagógico e a atuação judicial. A conselheira afirmou que a garantia da educação inclusiva exige diálogo, cooperação e compreensão mútua entre os sistemas de educação e de justiça.



SAIBA MAIS

PARA CONHECIMENTO



Kit de Peças do Projeto Chama o VAAR é atualizado

O CAOEDUC informa a disponibilização da versão atualizada do Kit de Peças do Projeto Chama o VAAR , elaborado para subsidiar a atuação dos Ministérios Públicos estaduais no acompanhamento das condicionalidades da complementação VAAR do FUNDEB.

A atualização dos materiais resultou de processo de revisão conduzido a partir da experiência acumulada na execução do projeto e das contribuições encaminhadas pelo parceiros do projeto. O objetivo foi aprimorar os instrumentos disponibilizados, tornando-os ainda mais adequados às necessidades da atuação ministerial e às especificidades relacionadas ao monitoramento das condicionalidades do VAAR.

O conjunto de materiais contempla roteiro de atuação, Informação Técnico-Jurídica, modelos de peças e outros documentos de apoio destinados a orientar e uniformizar a atuação institucional. A iniciativa busca fortalecer a efetividade das ações desenvolvidas pelos Ministérios Públicos, proporcionando maior segurança técnica e jurídica na condução dos procedimentos relacionados ao projeto.

Os documentos podem ser acessados na página do CAOEDUC na intranet

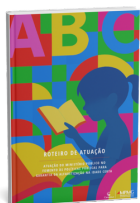


SAIBA MAIS



GUIAS PARA ATUAÇÃO

Material produzido pelo CAOEDUC para auxiliar as Promotorias de Justiça na instrução de procedimentos e solução de demandas



Alfabetização na Idade Certa

[LEIA AQUI](#)



TDAH

[LEIA AQUI](#)



Segurança em Estabelecimentos de Ensino

[LEIA AQUI](#)



Sede de Aprender - Saneamento Básico em Escolas- (ATUALIZADO em 2026)

[LEIA AQUI](#)



Crescer Juntos: creches e oportunidades

[LEIA AQUI](#)



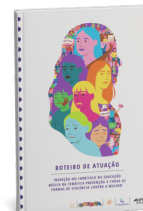
Escolas Cívico-Militares

[LEIA AQUI](#)



História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

[LEIA AQUI](#)



Educação na Prevenção a Todas as Formas de Violência Contra a Mulher

[LEIA AQUI](#)



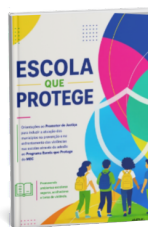
Evasão Escolar

[LEIA AQUI](#)



VAAR (NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)

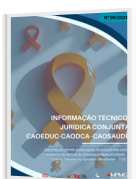


Guia Prático: Escola que Protege

[LEIA AQUI](#)

INFORMAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

Material produzido pelo CAOEDUC para contribuir com o conhecimento sobre matérias específicas na área da educação



TDAH e TOD

[LEIA AQUI](#)



Transtornos de Aprendizagem

[LEIA AQUI](#)



Educação Laica

[LEIA AQUI](#)



Uso de Aparelhos Eletrônicos Portáteis

[LEIA AQUI](#)



TEA

[LEIA AQUI](#)



Evasão Escolar

[LEIA AQUI](#)



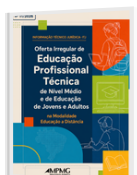
Financiamento da Educação
(ATUALIZADO)

[LEIA AQUI](#)



Precatórios FUNDEF-FUNDEB
(NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)



EJA
(NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)



Recebimento de precatórios
(NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)



Prevenção a violência
contra a mulher
(NOVIDADE)

[LEIA AQUI](#)

Agenda do Mês



Principais compromissos do CAOEDUC de interesse Institucional ou apoio às Promotorias de Justiça no mês

REUNIÃO PROJETO CHAMA O VAAR

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com MPBA e MEC para alinhamento sobre projeto Chama o VAAR.

REUNIÃO COPLI

CAOEDUC/MPMG participa de Oficina voltada à temática da Educação.

PRIMEIRA REUNIÃO ORDINARIA DO GAEPE

CAOEDUC/MPMG participa de encontro para definição das pautas prioritárias do Gaepe-Minas.

REUNIÃO SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - XAKRIABÁ

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com SECADI/MEC para tratativas sobre a Educação Indígena.

REUNIÃO CREDCAS

CAOEDUC/MPMG realiza reunião com as CREDCAS para alinhamento sobre a Semana do Ministério Público.

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPMG

CAOEDUC/MPMG participa de curso de formação para novos promotores de Justiça com foco na defesa da Educação.

RODA DE CONVERSA- MPF

CAOEDUC/MPMG participa da Roda de Conversa “Atuação Estrutural em Educação”, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF).